SEP
SINDICATO DOS ENFERMEIROS PORTUGUESES

Carta aberta ao Ministério da Saúde em defesa da qualidade dos cuidados no Serviço Nacional de Saúde

23 Junho, 2014

Entendemos que a reorganização hospitalar prevista na Portaria 82/2014, de 10 abril, feita contra os pareceres dos interessados, sem suporte técnico sustentável e contra os interesses das populações, é uma imagem de marca de um ministério e de um governo que só se preocupam com os números e não têm em consideração os prejuízos que causam.

O Governo prossegue a política de desinvestimento no SNS e, agora, nos cuidados hospitalares, através da desclassificação de unidades hospitalares, prevendo-se o encerramento de serviços e valências. A permanência da Maternidade e Neonatologia do HSM deve ser uma garantia, e esta só será efetiva com a revogação da referida portaria.

A realidade vivida pelas populações do interior, em particular no distrito da Guarda, está plasmada na supressão de extensões de saúde no distrito, nomeadamente, em Seia Almeida e Celorico da Beira, na redução da oferta assistencial no HNSA e na grave carência de profissionais de saúde, principalmente enfermeiros, médicos e assistentes operacionais. No que respeita, aos enfermeiros, a sua carência é no presente deveras preocupante no SUMC, UCIP e medicina A e B do HSM, bem como na UCC do HNSA de Seia, mesmo sendo esta considerada uma das melhores da região centro.

Constata-se, também, situações lamentáveis de apenas um enfermeiro escalado por turno, nas unidades de AVC e na UCI da Cirurgia do HSM.

Defendemos a necessidade do cumprimento das orientações técnicas da DGS em relação à Via Verde de AVC, Coronária nas 24h e a implementação da Via Verde Sépsis, bem como a equipa de emergência intra-hospitalar. Julgamos desajustada a integração centralizada dos doentes coronários na UCIP, defendendo a manutenção da UCI da Cardiologia. Consideramos ainda que o bloco operatório e o serviço de cirurgia de ambulatório do HNSA-Seia, deveriam ser potencializados, contribuindo assim para a diminuição das listas de espera da os utentes da ULS da Guarda e da região centro.

Numa palavra, a Guarda merece mais e melhor no conjunto das respostas integradas do Serviço Nacional de Saúde. Não podemos assistir impávidos e serenos ao aumento do tempo de espera para consultas, tratamentos ou cirurgias, à carência de meios técnicos e materiais, à perda brutal dos direitos dos profissionais e à escassez de verbas indispensáveis ao bom funcionamento dos serviços. É evidente o emagrecimento das verbas para aquisição de equipamento técnico e de mobiliário para os serviços agora situados no novo edifício do HSM.

O ministério, tal como todo o governo, pratica uma política contrária aos interesses das populações e do país, centralista, desprezando as opiniões dos profissionais de saúde e as reclamações dos doentes.

Independentemente de posicionamentos e opiniões diversas quanto a opções e questões concretas, o que hoje queremos transmitir a V. Exa, enquanto ministro da saúde, é que a opção de diferenciar os hospitais por níveis,

onde a Guarda se inclui no patamar mais baixo, põe em causa a oferta do SNS.

Defendemos assim:

- **A revogação imediata da Portaria 82/2014,** que mais não faz do que deteriorar os cuidados de saúde de proximidade, acentuar as assimetrias entre o Interior e o Litoral no acesso aos cuidados de saúde e criar condições para que o país tenha doentes de primeira e doentes de segunda categoria;
- **A aposta nas dotações seguras em todos os serviços da ULS da Guarda,** não sendo de aceitar a supressão dos rácios de segurança, nomeadamente das equipas de enfermagem nos blocos operatórios, nas unidades de cuidados intensivos polivalente e intermédios, bem como, nos serviços de urgência: SUB (Foz Côa e Seia) e SUMC HSM (Guarda);
- **A contratação de mais enfermeiros** tendo em conta os relatórios da ACSS, a nova realidade dos serviços agora em funcionamento nas novas instalações, bem como a carência permanente nos serviços de Medicina A, B e AVC do HSM e dos vários serviços do HNSA;
- **A aposta nos Cuidados de Saúde Primários,** sobretudo na acessibilidade dos utentes ao enfermeiro de família, sendo fundamental a aposta nos recursos a disponibilizar ao bom desempenho dos enfermeiros na comunidade;
- **A rentabilização da capacidade instalada no BO e na Unidade de Cirurgia de** Ambulatório do HNSA-Seia como instrumento para melhorar a acessibilidade e acabar com a promiscuidade entre o público e o privado;
- **Assegurar a segunda fase de construção prevista para o HSM, como havia sido** projetada e que este governo teima em extorquir a esta cidade e a esta região.